

Empresários querem mudanças no projeto sobre a Lei Postal

Anamaria Rossi
de Brasília

Cinco dezenas de representantes empresariais se reuniram ontem em Brasília para declarar guerra ao texto da nova Lei Postal, que está sendo costurado na Câmara dos Deputados e será apresentado à Comissão de Ciência e Tecnologia na próxima semana pelo relator, deputado Santos Filho (PFL-PR). O principal argumento contra o projeto é que ele restabelece o monopólio estatal nos serviços postais, por meio de uma série de privilégios que seriam garantidos durante dez anos à Empresa Correios do Brasil, sucessora da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Os empresários consideram a medida inconstitucional e a vêem como ameaça às empresas da área.

Um dos setores mais preocupados com o projeto é o de comércio eletrônico, extremamente dependente dos serviços de entrega postal. Segundo dados apresentados pelo presidente da Câmara de Comércio Eletrônico, Jack London, da NetComBr, a movimentação de mercadorias comercializadas pela internet, somente este ano, atingiu US\$ 3 bilhões. "Produtos comprados e produzidos no Brasil", afirma.

Não apenas o comércio eletrônico, mas os bancos e centenas de outras empresas que dependem de serviços postais seriam diretamente afetados pela lei que o governo pretende aprovar, argumentam. Os empresários apontam três questões como as mais problemáticas: a definição de carta — e, portanto, do que seria exclusividade dos Correios; as atribuições da futura Agência Nacional de Serviços de Correios, que avaliam como "superpoderes"; e a criação do que chamam de um "tributo adicional" — a contribuição de 0,5% do faturamento para o Fundo de Universalização dos Serviços Postais, a ser criado.

O projeto 1491/99 define como monopólio dos Correios o envio de cartas e de correspondência agrupada. Como carta, o texto entende qualquer modalidade de comunicação escrita com informação de interesse específico do destinatário. Neste conceito, acreditam os empresários, poderão ser incluídos contratos, notas fiscais, faturas comerciais, documentos de exportação e propostas, entre outros.

Problema maior, no entanto, é a definição de correspondência agrupada: pacote de objetos dos quais pelo menos um for classificado como carta, remetido a pessoa jurídica. "Qualquer produto acompanhado de uma nota fiscal só poderá ser enviado pelos Correios", diz London. "A regulação do setor é positiva, mas não pode ser restritiva. Do jeito que está, ela cria obstáculos tais que a atividade privada pode deixar de existir."

O setor de comércio exterior também está preocupado com a nova Lei Postal. Vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec), o empresário Ricardo Brandi, executivo da DHL, uma das gigantes mundiais do setor, alerta para um problema. "Se uma empresa tem que mandar uma amostra de material para o exterior e essa amostra tem que ser enviada pelos Correios, ela dependerá também da empresa postal nacional

do país que está recebendo. Nós sabemos que em muitos países os correios não funcionam, e em alguns nem sequer há correios. Uma concorrente de outro país conseguirá chegar muito mais rápido ao comprador."

Brandi classifica como retrocesso a legislação proposta pelo governo. Jack London é da mesma opinião. "O projeto está na contramão da modernização promovida na economia brasileira nos últimos anos, com um ambiente de livre iniciativa e competitividade", diz London. Brandi tenta explicar a contradição sugerindo que, ao retomar o monopólio postal por dez anos, promovendo a desestruturação do setor, o governo federal conseguia privatizar a empresa "vendendo-a por um preço altíssimo".

Estiveram na reunião representantes das confederações dos Transportes (CNT) e do Comércio (CNC), da Federação Brasileira das Associa-

cões de Bancos (Febraban), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Sindicato Nacional de Empresas Aéreas (Snea), além de executivos da AT&T, 3M, Nestlé, TNT Express, Varig e TAM.

Os empresários criaram um grupo para propor mudanças ao substitutivo do deputado Santos Filho. O parlamentar não retornou às ligações deste jornal. Sua assessoria informou que o relator não tem interesse em polemizar com empresários, porque avalia que eles já apresentaram sugestões durante as audiências públicas na Câmara e poderão propor novas mudanças quando o texto for ao plenário.

O principal argumento contra o texto é o restabelecimento do monopólio nos serviços por meio de privilégios aos Correios